

**A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E
ALGOZ: NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS COM
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Tiago Lemões

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E ALGOZ: NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DE ETNOGRAFIAS COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA¹

Tiago Lemões²

Resumo: Desafio-me, neste artigo, a revisitar antigos diários de campo, redigidos ao longo de quatro anos de pesquisa etnográfica com homens e mulheres em situação de rua em Pelotas, RS, valendo-me, neste retorno à experiência etnográfica, da categoria de vítima em sua dimensão socialmente construída. Tal retomada analítica possibilita refletir sobre como os referidos sujeitos apropriam-se da noção de vítima enquanto uma categoria maleável, situacional e relacional, usando-a como recurso performático, narrativo, corporal e biográfico rumo à constituição de vínculos com diferentes sujeitos no espaço público. Com isso, defendo que o discurso do sofrimento, no contexto da população em situação de rua, atua como propulsor de uma “identidade de miseráveis”, uma vez que é acionado no intento de sensibilizar e/ou agradar o senso moral dominante, conformando-se, em decorrência disso, como um agravante dos processos de subjetivação e sujeição em múltiplas dimensões.

Palavras chaves: Vítima, Sofrimento social, População em situação de rua.

Abstract: In this article challenge me revisit field journal, written over four years of ethnographic research with homeless in Pelotas, RS, using, in this return to the ethnographic experience, the victim category in its dimension socially constructed. Such analytical recovery enables reflect on how those persons is appropriated from the notion of victim as a flexible, situational and relational category, using it (in combination with other categories) as performative, narrative, body and biographical resource towards establishment of relationships with different actors of public space and even with state agents and groups of the Third Sector. Thus, I argue that the discourse of suffering in the context of homeless, acts as a propellant "identity miserable" and, as a result, as an aggravating processes of subjectivation and subjection in multiple dimensions.

Keywords: Victim, Social suffering, The homeless population.

¹ Este artigo é uma versão revista e ampliada de monografia final redigida como requisito parcial à conclusão da disciplina de Antropologia e Direitos Humanos, ministrada pelas professoras Cláudia Fonseca e Patrice Schuch, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Agradeço especificamente à minha orientadora, Patrice Schuch, pelas importantes considerações em relação ao texto.

² Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e licenciado em História pela mesma universidade. As experiências etnográficas analisadas neste artigo ocorreram entre 2008 e 2012, período em que o autor realizou seu TCC e sua dissertação de mestrado, ambas pesquisas sobre a temática da população em situação de rua, orientadas pela profa. Dra. Cláudia Turra Magni. A pesquisa de mestrado foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ANTIGOS DIÁRIOS, NOVOS OLHARES

Desafio-me, neste artigo, a revisitar antigos diários de campo, redigidos ao longo de quatro anos de pesquisa etnográfica com homens e mulheres em situação de rua em Pelotas. Tal retomada, focando em fragmentos de experiências que permitam a constituição de um mosaico etnográfico, apoia-se no arcabouço teórico que possibilita refletir sobre como os referidos interlocutores apropriam-se da noção de vítima enquanto uma categoria maleável, situacional e relacional, usando-a (em associação com outras categorias) como recurso performático, narrativo, corporal e biográfico rumo à constituição de vínculos com diferentes sujeitos do espaço público e mesmo com agentes do Estado e grupos do Terceiro Setor.

Este novo olhar lançado sobre antigas experiências toma como ponto de partida a noção de vítima como uma categoria socialmente construída, relativizada em acordo com o contexto social e os sujeitos envolvidos na trama. Como veremos, a noção de vítima está contida num conjunto argumentativo e performático que também abrange o seu contrário e complementar: o algoz, de modo que os sujeitos transitam entre estas dimensões e também as interconectam em comunicações camaleônicas com a cidade e seus personagens, alterando os tons argumentativos de acordo com os distintos valores e possibilidades de interação.

Contudo, além de refinar a análise com a incorporação da vítima como figura contemporânea (SARTI, 2011) – atentando para o seu caráter relacional e situacional e principalmente para os trânsitos e simultaneidades entre dimensões de vítima e algoz, bem como as diferentes formas de argumentar e expor-se como tal – lanço-me um desafio que não se pretende concluído aqui, mas cuja inquietação pode contribuir para a identificação do fantasma de certas armadilhas etnográficas a que todos nós estamos sujeitos, qual seja, o de superestimar o agenciamento e o protagonismo dos sujeitos de pesquisa (quer porque defendamos suas causas ou porque tenhamos a pretensão de desconstruir estereótipos), ofuscando os processos perversos a que estão submetidos ou têm de se submeter para sempre construir e manter uma imagem de si que deve estar constantemente em harmonia com o que a sociedade estima em termos de valores e comportamentos e também com aquilo que mais a sensibiliza: a dor, o sofrimento inscrito no corpo, a fome, o frio e a “vida familiar estilhaçada” (SILVA e MILITO, 1995).

Ledo engano seria pensar que renego o agenciamento e o protagonismo dos sujeitos que vivem em situação de rua – pelo contrário, trata-se de algo que está, inclusive, bem marcado em meus trabalhos anteriores³. A questão que pretendo apenas abrir para futuros debates está em questionar se a condição de um sujeito concebido como em situação de rua ter de submeter-se constantemente aos valores positivantes ou sensibilizadores não produz efeitos também perversos, quase uma colonização social do pensamento, da ação e da representação – mesmo que todo o esforço em fazê-lo exponha o seu caráter inventivo.

3 LEMÕES, Tiago. A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

A proposta então, que será retomada ao final deste artigo, é a de construir uma visão crítica ancorada entre o agenciamento e os entraves para a agencia ao refletir se o fato de ter que “travestir-se” ou reforçar-se como vítima, algoz, sofredor e, como tal, merecedor da ajuda alheia, não conforma um processo mais abrangente que produz vítimas justamente por tal inserção perversa e relativamente submissa na interface com diferentes personagens.

Assim, permito-me questionar: a demasiada atenção ao protagonismo e aos malabarismos criativos que perpassam boa parte das malhas relacionais dos que se inserem na situação de rua não seria um “tiro no pé” caso não evidencie as experiências diárias e cumulativas de preconceito e discriminação cujo anestésico é justamente este processo argumentativo e performático que supõe o domínio do que o outro valoriza ou de tudo que o sensibiliza, principalmente o sofrimento e a exposição crua da vida e, como último recurso, o próprio corpo como *lócus* da penúria sensibilizadora? Guardemos momentaneamente este questionamento, que será retomado ao final do artigo. Por agora, vejamos mais de perto as questões principais levantadas em minha dissertação para que o leitor aproprie-se do movimento reflexivo que estou propondo.

A FAMÍLIA, A RUA E O AFETO COMO TRÍPLICE ENFOQUE RELATIVIZADOR

Em linhas gerais, o estudo que realizei em minha dissertação problematizou, a partir do método etnográfico, as relações mantidas, criadas e atualizadas por homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas. Para discutir estas relações, a pesquisa estruturou-se sobre um tríplice enfoque: a continuidade das relações familiares no contexto das ruas; as estratégias de construção e manutenção de vínculos com diferentes personagens no espaço público; e os códigos de sociabilidade que orientam a constituição de vínculos entre os pares em situação de rua.

No primeiro enfoque, localizei as relações familiares como parte de um circuito relacional mais amplo, que engloba a rua e os personagens com os quais interagem neste meio. Para tal, os subsídios analíticos foram os relatos e as representações sobre a família, expressos nos discursos e narrativas as quais buscavam justificar o ingresso à vida nas ruas, enfatizando principalmente os usos e sentidos que as relações sociofamiliares continuavam a representar, a despeito de sua fragilidade, na rede de relações tecidas na cidade. A narrativa primordial, que acalentou e deu sentido à inserção no conjunto de práticas e valores próprios à vida das ruas, parecia envolver um discurso que sempre remetia ao núcleo familiar e na maioria das vezes apresentava um conflito, uma perda, uma reorganização de papéis mal sucedida ou a frustração pelo descompasso entre “campo de possibilidades” e expectativas sociais. Mas, quando averiguadas de perto, no calor de suas representações, as conexões familiares apresentaram-se constituídas, ainda que em alguns contextos exibissem-se sob uma configuração particularmente fraturada. O drama familiar, justamente por sua dramatização, revelou uma continuidade temporal, espacial e afetiva.

No segundo enfoque debruçei-me sobre os mecanismos de construção e perpetuação de vínculos com diferentes segmentos sociais no contexto das ruas, considerando a dinâmica das trocas materiais e simbólicas travadas nestas relações. Neste contexto, salientei o caráter inventivo e comunicativo dos interlocutores, em atenção aos mecanismos relacionais que desenvolvem para constituir vínculos de apoio em meio às perversas barreiras simbólicas erigidas contra eles na cidade. Apontei, assim, para o conhecimento tácito de valores, comportamentos e condutas apreciadas por vários interlocutores com os quais interagem. Conhecimento que concede uma habilidade maleável, com a qual as ações e os discursos transformam-se e moldam-se de acordo com as especificidades sociais e ideológicas de grupos e indivíduos. Com esta comunicação camaleônica, edificam um tecido relacional que marca os seus deslocamentos pela cidade. A exemplo dos locais de doação alimentar para homens e mulheres em situação de rua, onde a eficácia e o valor dos vínculos firmados diferenciava-se de acordo com a disposição dos doadores em estabelecer relações de afinidade e afetividade, questões que me reportaram ao diálogo com a teoria da dádiva entre os modernos (GODBOUT, 1998; CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2006) no esforço de compreender a dinâmica da circulação de bens materiais e imateriais que circulam e produzem vínculos entre os envolvidos.

Por fim, como terceiro enfoque, analisei os códigos de sociabilidade que estruturavam a formação de grupos em situação de rua e preparavam o terreno para a constituição de vínculos difusos e duradouros entre os pares que compartilhavam da mesma situação cotidianamente. O “compartilhamento de substâncias” ao longo de uma trajetória de rua e uma série de conselhos, demonstrações de ajuda, preocupação e lealdade propiciavam o estabelecimento de relações com nomeações familiares como “tios”, “padrinhos” e “irmãos”. São termos que expressam a intensidade do laço social entre os pares de rua e a forma como desempenham seus papéis na relação. Evocam, outrossim, o valor família, na medida em que são utilizados para expressar as intensidades de suas relações e classificar as pessoas de acordo com a proximidade afetiva e social existente nestas interfaces.

Finalizei o estudo concluindo que alguns estereótipos lançados rumo à essencialização destes grupos foram relativizados ao se demonstrar que: (1) a ruptura dos laços familiares não ocorre efetivamente e os mesmos permanecem sob uma dinâmica de circulação apreendida antes mesmo do ingresso à vida nas ruas; (2) a despeito das forças repressivas que buscam apagá-los do espaço público, estes sujeitos lançam mão de uma série de mecanismos relacionais para a construção de pontos vinculativos com pessoas, grupos e instituições, que, apesar de realçarem a desigualdade e as distâncias socioeconômicas, permitem a circunscrição de um itinerário relacional importante do ponto de vista material e afetivo, e (3) existem códigos de sociabilidade assentados na ajuda e proteção entre os pares de rua, no compartilhamento de bens e na vinculação afetiva, questões que invalidam o argumento comum de que “na rua é cada um por si”.

São constatações que, de fato, permitiram repensar pré-noções arraigadas sobre estes sujeitos que fazem da via pública um espaço de ações, representações e interações vertiginosas e inventivas.

Obviamente, não deixei de referenciar as situações e embates cotidianos que desvelam a negatividade com que esta população é percebida e tratada nas ruas, uma vez que busquei desintegrar as concepções estigmatizantes lançadas sobre estes sujeitos, enfatizando, principalmente, o quanto a experiência de campo implodia com a noção de família desestruturada e de isolamento social, priorizando que, para além de vítimas passivas de um sistema desigual, pessoas em situação de rua fazem do espaço público um universo de relações sociais múltiplas.

A solidificação destas interações são permeadas pelo discurso da adesão aos valores que estruturam os universos de significação dos doadores e anuncia um conjunto de práticas que se justifica, de acordo com Neves (1999, p. 113), por “uma ética de convivialidade que os enquadra como bons pobres, merecedores da interação proposta”. Devem, assim, aceitar a condição de estar sempre se explicando e justificando seus atos no intuito de dar-lhes um sentido trágico, e por isso, condescendentes, como forma de administrar a insensibilidade e a impotência do doador (NEVES, 1999; LEMÕES, 2012).

A afirmação de tal discurso reportou minhas análises para a noção de *viração*, cunhada por Maria Gregori (2000), definida por uma “comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens” (GREGORI, 2000, p.31). Muito mais do que um conjunto de práticas que visem a sobrevivência material, “virar-se” pela cidade abarca um processo comunicativo com uma ampla rede de valores e significados. Foi a partir deste aporte teórico que me permiti pensar estes usos e apropriações das imagens externamente construídas enquanto um processo comunicativo com a cidade, refutando uma perspectiva de simulação ou falsidade, no sentido de que a população de rua valer-se-ia da mentira e do disfarce no objetivo único de angariar bens materiais. O que está em jogo, na *viração*, é o conhecimento de uma ampla rede de significados e valores múltiplos e ambíguos, esparramada pela cidade, cujos padrões de interação sugerem uma negociação da realidade, ajustando-se à comunicação mínima para que reciprocidades possam daí emergir.

Nesse sentido, a *viração* concede protagonismo a sujeitos historicamente apreendidos por uma lógica ambígua: vítimas de uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, criminosos em potencial. Agora, são homens, mulheres e crianças que contam suas trajetórias sofridas para quem possa sensibilizar-se com elas e, para tal, é preciso conhecer a teia de significados (GEERTZ, 1989), sentidos e valores impregnados na sociedade brasileira e que compõem uma imagem sobre os que vivem na “penúria das ruas e da pobreza”.

Agora, que outros debates são possíveis ao oxigenar tal análise lançando mão de reflexões a partir da categoria de vítima em sua relação direta com o imperativo constante de expor o sofrimento, a dor física e moral, o corpo marcado ou a afirmação do merecimento da ajuda alheia, forjado por uma série de superações que possam agradar o senso moral do outro?

Suspeito que seja possível pensar o discurso do sofrimento, no contexto da população em situação de rua, como propulsor de uma identidade de miseráveis (MELLO, 2010) e, em decorrência disso, como um

agravante dos processos de subjetivação e sujeição em múltiplas dimensões (Fassin, 2005), a despeito do seu uso enquanto ferramenta política e estratégia de construção de vínculos no espaço público. Retomemos o que alguns autores, a partir de diferentes bases empíricas, têm a nos dizer sobre as categorias fundamentais a esta discussão para, em seguida, ancorarmos nossas reflexões nas experiências etnográficas a serem revisitadas aqui.

A VÍTIMA, O SOFRIMENTO E O CORPO COMO CATEGORIAS ANALÍTICAS:

A ocorrência da vítima, de alguém que sofre uma agressão física e/ou moral de outrem, não emerge apenas a partir do ato de agredir, ferir, ou violar mas depende dos agentes que concedem sentido e existência social a estes fatos, em contextos diversos e também no campo das lutas políticas por reconhecimento (VECHIOLLI, 2001). Nestes termos, a classificação das pessoas enquanto vítima ou agressor é um processo social e politicamente construído, expresso no esforço de objetivação de determinadas categorias sociais, como vulneráveis e, por isso, passíveis de atenção específica.

Pensando a vítima como figura contemporânea, Cynthia Sarti (2011), a partir de etnografia do atendimento em um hospital de emergências, constatou que o reconhecimento e atenção dispensados aos atos de violência pressupunham um recorte social por gênero e idade, construindo sujeitos vulneráveis, vítimas em potencial e, como tal, foco de uma assistência específica. A problemática a que se detém a autora é o processo de construção social da violência, em que, no caso estudado, a mulher é culturalmente identificada como vítima, por excelência, da violência – a exemplo etnográfico da dispensa do atendimento de um homem jovem que alegara ter sofrido violência sexual na ocasião de um assalto, o que expressa a desconsideração do homem enquanto sujeito passível de vulnerabilidade, respondendo, assim, aos padrões de gênero disseminados na sociedade brasileira. Com este quadro, Sarti (2011) assinala que para analisar a construção da vítima é necessário considerar o agressor e o contexto a partir da qual a violência se manifesta e ganha inteligibilidade.

No campo das lutas políticas, a categoria vítima delinea-se enquanto vetor de negociação frente à institucionalidade, conduzido por ações políticas reivindicatórias. Myriam Jimeno (2010), atentando para a linguagem narrativa do sofrimento e suas implicações na ação pública de uma comunidade indígena colombiana e também na luta pela promulgação da Lei de Vítimas⁴, identificou a categoria vítima, a partir do

4 Inscrita no projeto de lei 157/2007, a Lei de Vítimas, na Colômbia, previa a proteção às vítimas de violação da legislação penal, de normas internacionais de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, engendradas por grupos armados “à margem da lei”. A apresentação do projeto, apresentado pelo senador Juan Fernando Cristo, foi precedida por uma jornada, a Solidariedade para com as vítimas do conflito colombiano, na qual foram escutados diferentes testemunhos sofridos de tragédias, massacres, sequestros, e deslocamentos forçados, fato que expressou o princípio de uma “consciência moral sobre o uso da violência em benefício da política” (JIMENO, 2010, p. 110).

testemunho do sofrimento, como um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e generalização social.

Na referida pesquisa, o fundo emocional desta categoria é o que permite a construção de laços de referência identitária entre os que sofreram a violência e a população civil, conformando o que a autora denomina de “comunidades emocionais”, fundadas numa ética do reconhecimento⁵. Assim, no campo político, o mecanismo central da categoria vítima, alocada como uma categoria política, é “o uso de uma linguagem emocional, que relata histórias pessoais, narra detalhes de acontecimentos, assinala agentes do crime, distingue quem é a vítima e quem é o algoz, demanda direitos, tudo cerzido pela identificação emocional da vítima” (JIMENO, 2010, p. 104).

Em termos estratégicos, o sofrimento também inscreve-se numa performance que enuncia publicamente a condição de penúria e miséria no sentido de abrir possibilidades de inserção em determinadas políticas públicas. Em uma etnografia sobre o recadastramento de camelôs em Niterói, Katia Mello (2010) caracterizou os discursos que valorizam o sofrimento e a desconsideração como estratégias de construção de uma imagem de miseráveis, por parte dos camelôs, para cumprirem com as condições de carência necessárias à regularização estatal. Aqui, o sofrimento social reside novamente na construção de identidade coletiva como inserção de sujeitos de direito. Contudo, a autora é categórica ao evidenciar que este processo reforça o perfil de miséria por eles vivido, aprofundando a ordem social vigente no que tange ao conceito de miserabilidade imputado ao pobre, elucidando que “a política de recadastramento não significou a garantia de acesso a um direito social, mas sim um processo de estigmatização de um grupo social específico, ao mesmo tempo em que possibilitou um melhor controle do mesmo pelo Estado” (MELLO, 2010, p. 645).

A partir de um duplo estudo na França sobre a distribuição de recursos a desempregados e sobre a regularização de indocumentados em nome da razão humanitária, Didier Fassin (2005) radicaliza a discussão sobre a dimensão do corpo nas narrativas que constroem mecanismos argumentativos que põem em cena a incorporação da miséria. Defendendo uma antropologia política do corpo, Fassin afirma que o poder se manifesta na carne dos sujeitos, de modo que não seria precipitado falar de uma “incorporación del poder” (p. 202) na medida em que, para suscitar generosidade, é preciso expor um corpo em sofrimento.

Tal corporificação do sofrimento (VICTORA e RUAS-NETO, 2011), em conjunto com um exercício narrativo dramático, que vincula a situação social com as alterações corporais, reporta ao diálogo com as figuras contemporâneas de governo, principalmente do “gobierno de los dominados” (FASSIN, 2005, p. 204)

5 É pertinente assinalar que o sofrimento também pode ser articulado pelo próprio Estado a um mecanismo de construção da identidade nacional, a exemplo da África do Sul no contexto da atuação da Comissão de Verdade e Reconciliação no *pós-apartheid*, em que se verificou uma apropriação e distorção de relatos de sofrimento com o propósito de estabilidade nacional, perpetrado como uma espécie de terapia coletiva da nação, com depoimentos dramáticos televisionados que, com o tempo, foram cada vez mais suprimidos e inscritos numa racionalidade jurídica e burocrática esterilizante. Ver: SAUNDERS, Rebecca. Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a comissão de verdade e reconciliação na África do Sul, *Sur, Rev. int. direitos human.*, São Paulo, v. 5, n. 9, 2008.

para os quais o corpo figura como último recurso, quando todos os outros fundamentos de legitimidade e reconhecimento social se esgotam. Neste quadro em que o corpo é o que dá direitos, Fassin (*op. cit.*) afirma que seus efeitos ultrapassam a imposição de um biopoder para ganhar inteligibilidade nos termos de uma biolegitimidade: o corpo exposto e narrado legitima o reconhecimento e os efeitos disso também são perversos a medida que a ideia que o narrador faz de si mesmo e de sua relação com o mundo social é negativamente afetada.

Os processos nos quais se classificam e identificam vítimas e algozes passam, então, pela linguagem do sofrimento legitimada no e pelo corpo, pela violência narrada, dramatizada e compartilhada em termos de sentidos e significados, o que exige uma atenção especial ao sistema simbólico que traduz esta linguagem, cuja inserção na análise evita uma postura etnocêntrica a medida que afasta a investigação antropológica das tendências organicistas e biomédicas que “objetivam o que não é objetivável” (SARTI, 2011, p. 56). Por isso, tal como recomenda Ceres Vítora e Antônio Ruas-Neto (2011) é necessário entender os diferentes contextos do sofrimento social e explicitar as dinâmicas particulares que os encompassam, tendo em vista que, por tratar-se de uma definição genérica que resiste à definições precisas, suas especificidades contextuais são fundamentais.

O SOFRIMENTO INSCRITO NAS PERFORMANCES E NARRATIVAS

Ao retomar dados etnográficos que, em minha pesquisa, foram tratados a partir da *viração*, entendo que a incorporação, mimetização e teatralização das representações atuam como elemento de troca interativa em que, dependendo do interlocutor, a interação simbólica acionará a condição de algoz ou de vítima. Se há uma força autoritária que os obriga a circular – num impotente esforço em apagá-los da paisagem urbana – tal força sedimenta um nomadismo forçado, ou seja, uma circulação autoritária através da qual é necessário esconder-se ou buscar estratégias negociáveis que permitam uma permanência espacial menos “ofensiva”. Por outro lado – e em decorrência disso – um nomadismo circunscrito e voluntário edifica-se: é aquele marcado pelos pontos focais de ajuda, apoio e sociabilidade, erigidos por diferentes agentes sociais, articulados geralmente em grupos de ação social religiosa. Este circuito delinea um território e fomenta relações de interconhecimento entre a população atendida, além de vincular estes aos agentes do voluntariado.

Tanto nestes espaços quanto nas relações mais informais com diferentes cidadãos que diariamente cruzam seus circuitos relacionais, é que determinados discursos estratégicos são acionados pela população em situação de rua. De fato, estes sujeitos são considerados pelo senso comum como desprovidos de relações familiares, de afeto, de ajuda; pessoas solitárias, abandonadas, frágeis, passivas e impotentes frente às adversidades e, por isso, merecedores de ajuda e caridade. De forma ambígua, também são

avaliados como os algozes de seus “próprios males”, sujeitos desviantes, vagabundos, inadaptáveis ao trabalho e que, por isso, deveriam estar presos por seu “potencial criminoso” e por ameaçarem a ordem pública.

No seio desta ambiguidade, a constante argumentação dos interlocutores de que estão na rua em função dos conflitos familiares conforma a representação lançada sobre eles, por parte da sociedade abrangente, de que a grande causa do fenômeno é a “família desestruturada” que, no contexto de pobreza, produz, em seu interior, a pauperização das vidas e dos corpos mas também constitui seres ameaçadores.

A multiplicidade de interações travadas nas ruas da cidade ganha sentido na maleabilidade com que estes sujeitos deslizam de uma situação para outra, alternando entre discursos e ações performáticas. Certa noite, em companhia de Augusto, um jovem interlocutor, percorri uma das principais avenidas de Pelotas, em sua costumeira movimentação noturna em busca de dinheiro, cigarros ou comida, quando notei suas investidas no diálogo com um motorista prestes a sair de um estacionamento: mudando o tom da voz e as expressões faciais, transpassando tristeza e sofrimento, ele informa ao motorista que precisa de dinheiro para voltar a sua “cidade de origem”. Sem sucesso ou reação do alvo, Augusto imediatamente assume a posição de guardador de carros, dando as coordenadas para a saída do veículo conduzido pelo motorista que, insensível ao seu discurso de forasteiro, concede-lhe, ao final de tudo, apenas um cigarro. Sem fôlego para demais investidas, dada a embriaguez e o pouco movimento da madrugada alta, reingressamos no parque Dom Antônio Zátera, onde estávamos reunidos naquela noite.

Neste mesmo parque, agora em outra ocasião e durante o dia, durante minhas poucas e na maioria das vezes frustradas tentativas de gravar entrevista⁶, percebi que para o pesquisador que pretende registrar a narrativa biográfica estes sujeitos também preparam um discurso performático que se quer dramático e marcador das mazelas que os permitem construir um lugar de vítima, enquanto sujeitos que sofreram desmantelamentos relacionais e que ainda sentem seus efeitos. Na ocasião em que tentava uma entrevista, aproveitando que sempre trazia um gravador no bolso, interpelei um jovem negro, de 29 anos, numa tarde de fevereiro de 2011, quando um pequeno grupo reunira-se no local, para que pudesse contar-me um pouco de sua trajetória de vida, já que ainda não o conhecia entre os demais. Após manifestar com veemência sua desconfiança de que eu era um repórter, Marcos aceita conversar comigo sem gravar e destarte inicia um desfecho dramático calcado no sofrimento da rua, no abandono familiar, na falta de comida e no quanto é desumano dormir nas calçadas, – argumentos que, proferidos em tom de denúncia, impediam qualquer

6 Já no início da pesquisa, percebi que o gravador e o excesso de questionamentos assustavam meus interlocutores. Isso porque a maioria não demonstra aspirações para responder perguntas num contexto instituído, marcado e controlado pela situação de entrevista mediada pelo gravador. Percebi, igualmente, que o silêncio é um bem precioso para quem vive na rua: é altamente recomendável desconfiar de quaisquer questionamentos por demais intrusivos sobre si ou sobre os companheiros. Isso se deve ao fato de que delatar alguém é o estopim para uma série de conflitos com os companheiros de grupo e pode acarretar no corte permanente de relações, além de todas as mazelas advindas do estigma de “cagueta”. Por isso, deve-se sempre manter a desconfiança e cautela diante de questionamentos demasiado insistentes sobre si, alguém ou algum acontecimento. Por tais motivos, decidi abandonar as entrevistas e valer-me somente da observação participante, registrando todas as interações e diálogos em diário de campo.

interpelação de minha parte. Ao fim, nosso diálogo torna-se impossível quando Marcos tem uma crise de choro ao relatar que um de seus clientes da guarda de carros chamou a polícia, alegando ter sido ameaçado caso não pagasse pelo serviço prestado.

Eficácia diferente ocorreu na festa de Natal promovida pela Comunidade Fonte Nova⁷ (CFN) em 2011, destinada à população de baixa renda e em situação de rua. Em meio aos preparativos iniciais para a recepção dos beneficiários, registrei a conversa dos coordenadores sobre uma menina de 14 anos que os enviou uma carta na qual relata ser muito pobre, não ter mãe e querer seguir os estudos, desejo impossibilitado pela carência de calçados, o que fazia com que os colegas de aula a humilhassem. O relato foi suficiente para que os doadores reunissem recursos para comprar o que a garota necessitava, apresentando, contudo, a preocupação com o fato de não saberem se a menina era “caprichosa”, dúvida que foi imediatamente repreendida pela coordenadora do grupo: “onde se viu! tem que dar sem olhar a quem!”.

Tais fragmentos etnográficos nos fazem concordar que a forma de manifestação do sofrimento precisa fazer sentido para o outro (SARTI, 2011), precisa ancorar-se nos sentidos compartilhados que garantem uma eficácia social. As narrativas e as performances que sensibilizam ou tentam sensibilizar o outro perpassam a afirmação das privações, dos sintomas e efeitos destas em diferentes aspectos da vida de quem sofre: a família que abandona ou a distância e a vontade de voltar ao lar, a fome que corrói, o frio que maltrata, a vergonha, o medo a falta de condições mínimas para uma criança estudar. Elementos que conformam um repertório biográfico para as “vítimas da pobreza”, mas que precisam afirmar, comprovar o sofrimento na palavra, nos gestos e no corpo para merecer ajuda alheia.

A CORPORIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO E O TRÂNSITO ENTRE VÍTIMA E ALGOZ

Como último recurso para a administração de um discurso por parte dos “dominados” (FASSIN, 2005), o corpo é o terreno onde se articulam as dimensões do pauperismo e as alterações que o afetam e permitem transformar os efeitos perversos em evidências que contam uma história dramática. Na dimensão da corporalidade, então, reside a possibilidade de, por um lado, expor um corpo doente que necessita de cuidados e, de outro, exibir um corpo que supera seus limites, ultrapassa adversidades e certifica uma “boa conduta”.

7 Grupo de fiéis católicos, de orientação carismática, vinculado à catedral São Francisco de Paula, no centro de Pelotas. O grupo, composto por homens e mulheres de classe média, objetiva a evangelização por intermédio do que denominam “atividade social”, mais especificamente denominada de “projeto social obra de misericórdia”, preparando refeições uma vez por semana e distribuindo-as a homens e mulheres em situação de rua e/ou domiciliados de baixa renda.

Uma interlocutora de 53 anos, Maria⁸, relata como construiu um corpo debilitado para conseguir “seus direitos” no atendimento médico: para a confecção de sua carteira de Passe Livre⁹, Maria conta que entrou mancando no consultório médico e, em seguida, atirou-se ao chão, encenando a impossibilidade de caminhar. Há tempos Maria possui complicações no joelho, decorrentes de uma cirurgia mal sucedida, mas para o médico perito ela informou que a perda da cartilagem havia danificado suas articulações e comprometido os movimentos de um dos membros inferiores. Após alguns exames, a interrogação médica permaneceu e o especialista não identifica o problema da ausência da cartilagem. Maria, então, buscando informações sobre os possíveis exames que poderia fazer, adverte o médico: *“Doutor, o senhor estudou na França, fez doutorado, é phd e eu, que não tenho nem o segundo grau completo, vou ter que lhe dizer que o que o senhor tem que fazer é uma ressonância magnética?”*. Contando este episódio em tom completamente jocoso, Maria diz que *“só assim para se conseguir as coisas em nosso país”*.

Ao recuarmos temporalmente na primeira entrevista que realizei com vistas a iniciar o trabalho de campo para a redação de meu TCC¹⁰, é reveladora a forma como Robson, um jovem de 22 anos, negro, contara parte de sua história nas ruas a partir da violência física e suas marcas no corpo. Posicionado na porta de um restaurante central de Pelotas, onde solicitava algumas moedas aos clientes, Robson pontua a herança corporal das ruas, principalmente as deixadas por agressões policiais:

Vivia apanhando de tapa, de soco na cabeça, tenho um derrame cerebral na cabeça. Não pode bater muito na minha cabeça, todo mundo acha que é mentira! Eu tenho um problema na cabeça sim, levei uma paulada na cabeça e, às vezes eu tô, assim, fumando um cigarro e parece que me escurece a vista, mas eu sei que é por causa da dor que eu tenho na cabeça, da paulada que eu levei, sabe? Eles bateram raio-x e falaram que faltou pouco pra me deixar paralisado das pernas. Quase me quebraram a clavícula, o pescoço, me deram uma paulada, fiquei 49 dias sem poder mexer o pescoço, enrolado com uma toalha molhada e hoje eu agradeço a Deus por eu tá bem, a minha família, e a essas pessoas que me ajudam (Entrevista realizada em 20/07/2007).

8 Maria, 50 anos, pele morena, com leves traços indígenas, nasceu em Fortaleza, Ceará, onde completou o segundo grau e quase concluiu licenciatura em pedagogia. Era funcionária pública do estado, atuando como secretária de um diretor administrativo. Casou-se três vezes, sendo que o último marido era europeu e muito ciumento. Tem um filho de 34 anos que mora nos Estados Unidos. Aos 29 anos, saiu de casa devido aos conflitos com o irmão, “que disse pra mãe para escolher entre eu ou ele”. Mary juntou seus pertences e disse à mãe para ficar com os outros filhos, porque “eles tinham carro, dinheiro e eu não tinha muita coisa”. Ninguém imaginava que ela largaria um ótimo emprego para cair na estrada e nunca mais aparecer. De cidade em cidade, de albergue em albergue, Mary passou mais de 20 anos de sua vida, o que lhe dá respaldo para afirmar que conhece “o melhor e o pior albergue do país; a melhor e a pior assistente social”.

9 Benefício concedido pelo Ministério dos Transportes, que permite aos portadores de deficiência viajar gratuitamente para todo o país.

¹⁰ LEMÕES, Tiago. *Comida, religião e reciprocidade: uma etnografia sobre o processo de doação alimentar à população em situação de rua em Pelotas*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

É com o corpo e com as expressões da dor como herança corporal que Robson narra dramaticamente parte de sua trajetória nas ruas e a compara com a dimensão religiosa e familiar que sugerem uma nova fase em sua vida. É interessante notar que também entre os membros da CFN, que atuam no campo da caridade, a vida de quem vive nas ruas inscreve-se nos corpos: quando comentei com um dos membros religiosos que eu havia confundido mãe e filho que, na verdade, formavam um casal de namorados em busca de comida e roupas na sede da comunidade, o mesmo me tranquilizou dizendo que é normal tal confusão “por causa da rua, que judia muito”.

Nessa visão compartilhada, o corpo dos que vivem nas ruas deforma-se, envelhece precocemente, adoce frequentemente e transfigura os sujeitos possibilitando, assim, uma leitura classificatória de quem vive ou não nas ruas. Tal axioma socialmente disseminado é o terreno fértil no qual floresce a eficácia dos discursos performáticos, sempre apresentados em termos de necessidades vitais (FASSIN, 2005) elaborados pela população em situação de rua como recurso sensibilizador.

Vimos uma primeira possibilidade de uso do corpo como recurso performático e narrativo a partir de sua dramatização e exposição da vida nua e marcada pelas exigências elementares, assim como as agressões sofridas em distintas situações. A segunda possibilidade, que não se descola da primeira, invade o campo do mérito (*Idem*, 2005), quando observa-se que o corpo resiste à decadência, alocando-se nas certificações de empenho em “melhorar”, cuidar de si, da saúde e, principalmente, apresentar boa conduta e higiene física e moral.

Para os sujeitos de meu estudo anterior, os banhos disponibilizados nos pontos de doação, os banheiros do parque e as fontes públicas de água possibilitavam manter um padrão de higiene pessoal. Estar minimamente limpo é fundamental para o sucesso na guarda de carros, pois atenua a agressão visual e olfativa à clientela asséptica que associa limpeza física à limpeza social. Ainda que os dias de chuva sejam lucrativos quando os motoristas compadecem-se com o corpo molhado e trêmulo dos guardadores de carro, é, via de regra, importante escovar os dentes, limpar os calçados, usar desodorante, para dialogar tanto com os valores e representações sobre trabalho e decência, quanto com os preceitos de limpeza e higiene. Embora este processo seja um artifício para facilitar a relação, também traz à tona o caráter desigual da relação, pois é preparado e direcionado para determinadas pessoas que verificam o “alinhamento” e o esforço de seu interlocutor em alcançar a “decência” e, em retribuição, doa roupas, calçados e presentes.

Somam-se às narrativas corporais, as argumentações de que se está frequentando a Igreja, visitando a família ou abandonando o uso de drogas. Neste último ponto, também se afirma que o corpo não está mais em decadência e que o mérito por isso é legítimo. Na catedral São Francisco de Paula, perímetro central de Pelotas, numa noite fria de agosto de 2010, ao acompanhar dois interlocutores, Chinês e Vinil, que trabalhavam guardando carros estacionados pela ocasião da missa, fui envolvido num diálogo de construção estratégica da superação, articulado ao merecimento: Chinês, ao conversar comigo, afirma que

agora não usa mais nenhum tipo de droga, apenas maconha de vez em quando. Vinil, que conhecia-me de pesquisas anteriores, intervém no diálogo e adverte Chinês que de nada adianta ele inventar estórias para mim, pois “esse aí tá ligado na malandragem da rua”. A reação de Chinês foi a mudança de assunto imediata.

As diferentes situações supracitadas e analisadas têm em comum a realocação do sofrimento como recurso cuja eficácia reside no caráter socialmente partilhado do sofrer. Da mesma forma, os esforços narrativos, biográficos e corporais, a partir da ênfase no sofrimento, visam a edificação da figura da vítima sofredora que, embora não inserida num aparato político organizado e reivindicatório, floresce na situacionalidade das interações passíveis de lhe conceder efeitos desejados. Nestes casos, a condição de vítima justifica-se em função de um sistema desigual ou pela impotência diante das adversidades múltiplas que recaem sobre corpos e vidas. Contudo, o deslizamento da dimensão de vítima para a de algoz, o sujeito que revolta-se e ameaça é sugestivo para entendermos os possíveis efeitos perversos advindos da necessidade de constante adequação aos valores do outro.

No seio das redes de relações edificadas na cidade, danificar veículos ou realizar qualquer ato agressivo contra as pessoas com as quais interagem, traz um retorno negativo para os sujeitos em situação de rua. Isso porque a imagem de homem trabalhador, respeitável por “não estar nem pedindo, nem roubando” pode ser manchada, principalmente com as residências dos arredores, cujos moradores frequentemente lhes fornecem alimentação.

A maioria dos interlocutores tem passagem pela polícia e muitos já foram presos, mas ocorre que a administração do crime obedece a uma regra explícita: jamais perpetrá-lo contra pessoas conhecidas e importantes do ponto de vista da rede de ajuda e apoio na cidade. E mais: desvelar explicitamente estes atos ilícitos aos conhecidos que, direta ou indiretamente, lhes asseguram determinados recursos é colocar em risco todo o empenho performático, desandando a paciente construção de representações positivas, estimadas pelos demais cidadãos, e que sustentam os vínculos edificadas.

A vítima, o merecedor de ajuda e amparo, assim como o algoz, o potencial agressor, cruzam-se nas ações e percepções de grupos caritativos sobre a população em situação de rua. Prova disso é o fato de a coordenadora da CFN ter, numa noite de fevereiro de 2009, orientado que eu ficasse até mais tarde na sede da Casa, enquanto alguns beneficiários ainda cortavam o cabelo com outro membro do grupo, para que este não ficasse sozinho com sujeitos que, naquele espaço recebiam ajuda e atenção mas que, nem por isso, deixavam de ser “perigosos”.

É obvio que tal a duplicidade com que são apreendidos nestes espaços não lhes passa imune. Em geral, todo o esforço para forjar “boas imagens” ou reforçar a penúria pretende justamente amenizar ou anestesiar o preconceito estigmatizante que associa pobre, negro e criminoso. É possível entender que, justamente pela consciência disso, a revolta e a ameaça escapam por entre as brechas tensas das performances “benfeitoras”, a exemplo de uma tarde de julho de 2011, em que Márcio, jovem em situação

de rua, revoltara-se contra os agentes do Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Pelotas (CREAS), que lhe negaram o lanche como advertência por sua ausência nas oficinas de percussão daquela tarde. Indignado, Márcio anunciou que então voltaria a assaltar e que, quando menos esperassem, tomaria a arma de fogo do segurança na portaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que revisitar os antigos diários de campo faz parte das inquietações que, muitas vezes, uma dissertação de mestrado não abrange. O ímpeto de minhas argumentações direcionou-se, naquele estudo, para a dimensão criativa dos que vivem nas ruas e para a posição de protagonismo que assumiam frente aos discursos que, ora os viam como vítimas desoladas e inertes, ora como potencialmente perigosos, agenciando-os com propriedade conforme diferentes interfaces.

A partir do diálogo com perspectivas teóricas sobre a categoria de vítima e sofrimento social, sugiro que os processos performáticos de construção de si podem ser perversos justamente por serem necessários à interação e ao acesso a determinados bens e relações. Sem a submissão constante aos valores que sensibilizam ou ameaçam (na condição de perigosos), as portas são fechadas e o retorno das forças discriminatórias não cessa de se manifestar nas abordagens policiais, nas expulsões forçadas de todos os espaços públicos ou abandonados onde se agrupam, – como se não fizessem parte da “coisa pública”.

É em relação a este quadro que escancara fronteiras simbólicas estigmatizantes, as quais estes sujeitos esforçam-se em transpor, que arrisco-me em defender que o imperativo constante de expor o sofrimento, a dor física e moral, o corpo marcado ou a afirmação do merecimento da ajuda alheia conforma, em diálogo com Katia Mello (2010) uma identidade de miseráveis que subjetivamente estrutura a forma como a população em situação de rua enxerga-se nos espelhos sociais que lhes disponibilizam. Trata-se de, além de todos os descasos e privações que enfrentam no contexto de desigualdades extremas, serem obrigados a exibir suas mazelas. Tal exibição forçada retorna ao sujeito delineando a forma como se vê na relação com o mundo, o que está em acordo com o que Didier Fassin denominou de duplo processo de subjetivação e sujeição: subjetivação na construção de si como sofredor e sujeição frente ao Estado para o acesso a determinados direitos.

Pelo fato de tal sujeição ser constante para a população em situação de rua, tanto na relação com os órgãos estatais quanto nas interações com grupos caritativos (em que sempre é necessário ser um outro, mas sempre um outro ajustado ao que estimam os cidadãos privilegiados no acesso aos bens sociais fundamentais), “es razonable entonces pensar que la idea que ellas se hacen de sí misma y de su relación con el mundo social se encuentra afectada por ello” (*Idem*, 2005, p. 220).

Assim, sem perder de vista que estas pessoas, a partir de discursos morais que constroem são, de fato, sujeitos políticos – pois produzem e são produzidos por realidades políticas (FASSIN, 2005) – é fundamental que explicitemos os efeitos colaterais da produção destas figuras contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FASSIN, D. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes. *Educación*. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 201 – 226, Maio/Ago. 2005.
- GODBOUT, J. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13 n. 38. São Paulo, 1998.
- GREGORI, M.F. *Viração*. Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- JIMENO, M. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, 16 (1): 99-121, 2010.
- LEMÕES, T. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- MARTINS, P.H.; CAMPOS, R. B. C. *Polifonia do dom*. Recife: Editora da UFPE, 2006.
- MELLO, K. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas de segurança do município de Niterói. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 53, n.2, 2010.
- NEVES, D. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Cadernos CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, 2011.
- SILVA, H.; MILITO, C. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.
- VECHIOLI, V. Políticas de la Memoria y Formas de Clasificación Social. ¿Quiénes son las “Víctimas del Terrorismo de Estado” en la Argentina? In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (compiladores). *La imposibilidad del Olvido*. Recorridos de la Memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata. Ed. Al Margen. 2001. pág. 83 a 102.
- VÍCTORA, C.; RUAS-NETO, A. Querem matar os 'últimos charruas': sofrimento social e luta dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, ano 15, vol. 22 (1), p. 37-59, 2011.

Recebido em: 29/12/2013
Aprovado em: 10/02/2014
Publicado em: 15/03/2014